

O “rapto” de Marciano Indi e o incentivo ao “tribalismo” em Guiné-Bissau: contradições em discurso

Carmolino Cá*

Sóstenes Ericson Vicente da Silva**

Resumo: A referência ao “tribalismo” tem ganhado fugaz notoriedade, constituindo preocupação para a sociedade em geral, sobretudo pelo incentivo à violência. A partir da análise do discurso inaugurada por Michel Pêcheux, recuperamos o suposto rapto do Marciano Indi, ocorrido em 22 de maio de 2020, motivado por uma perseguição política. Sob o argumento de reivindicar a responsabilização sobre o referido “rapto”, na imediaticidade do dizer, tenta-se produzir sentidos de tratar-se apenas de um embate político. No entanto, os elementos de saber tradicionais convocados reificam um discurso de viés “tribalista”, incitando o ódio entre as etnias Pepel e Balanta.

Palavras-chave: Discurso político. Discurso tribalista. Guiné-Bissau. Contradição.

Abstract: The reference to “tribalism” has fleetingly gained notoriety, constituting a concern for society in general, especially by encouraging violence. Based on the discourse analysis inaugurated by Michel Pêcheux, we recover the alleged kidnapping of Marciano Indi, which took place on May 22, 2020, motivated by political persecution. Under the argument of claiming responsibility for the aforementioned “kidnapping”, in the immediacy of saying, an attempt is made to produce meanings that it is just a political struggle. However, the elements of traditional knowledge summoned reify a discourse with a “tribalist” bias, inciting hatred between the Pepel and Balanta ethnic groups.

Kew-words: Political discourse. Tribalist discourse. Guinea Bissau. Contradiction.

Resumen: La referencia al “tribalismo” ha ganado fugaz notoriedad, constituyendo una preocupación para la sociedad en general, especialmente por el incentivo a la violencia. A partir del análisis del discurso inaugurado por Michel Pêcheux, recuperamos el presunto secuestro del Marciano Indi, ocurrido el 22 de mayo de 2020, motivado por la persecución política. Bajo el argumento de reivindicar el mencionado “secuestro”, en la inmediatez del decir, tratamos de producir sentidos de que se trata solo de un choque político. Sin embargo, los elementos de

* Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). <http://orcid.org/0000-0003-3810-2830> / E-mail: carmolinoca@outlook.com.

** Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). <http://orcid.org/0000-0003-0905-1376> / E-mail: sericsoni@hotmail.com.



conocimiento tradicional convocados cosifican un discurso con sesgo “tribalista”, incitando al odio entre las etnias Pepel y Balanta.

Palabras-chave: Discurso político. Discurso tribalista. Guiné-Bissau. Contadición.

Introdução

A República da Guiné-Bissau é um país situado na costa ocidental da África, fazendo fronteira com a República do Senegal ao Norte, Guiné Conakri ao Sul e leste, sendo banhado pelo oceano atlântico ao Oeste. Com uma população de quase dois milhões de habitantes (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2020), o país faz parte dos cinco países africanos que sofreram a dominação portuguesa, tendo conseguido sua independência unilateralmente em 24 de setembro de 1973, e reconhecido um ano depois pela República Portuguesa.

A Guiné-Bissau é um dos países na sua região com maior diversidade étnica. As questões étnicas são muito fortes e demonstraram, ao longo da história, ter sido o dispositivo da revolução guineense, na qual houve a participação de todas as etnias contra o domínio português (MANÉ, 2014). Na luta pela independência, por exemplo, alguns régulos (representantes étnicos) se recusavam a pagar impostos e a acatar as ordens dos colonos portugueses (AMONA, 2016), mantendo resistência à dominação europeia. A figura dos chefes tradicionais (régulos, almamis, entre outros) na sociedade guineense é muito importante, pois são autoridades “reconhecidas”¹ pelo Estado, tanto que mantêm uma forte relação política e, às vezes, participam em assuntos de competência do Estado que, em “reconhecimento” aos seus valores nas comunidades locais, usa-os para fazer mediação de conflitos (MANÉ, 2014).

Na realidade guineense, as formas tradicionais de realização de justiça, mediante a figura de chefes locais (régulos/anciões), têm muita importância, e uma grande parcela

¹ Usaremos as aspas no uso desse termo porque tais lideranças gozam do reconhecimento no cenário político guineense, principalmente, nas zonas rurais, porém esse reconhecimento advém da população local com as quais possuem vínculos seculares e místicos, sociais e religiosos. Em termos da política formal, participam, quase exclusivamente, na mediação das crises políticas; o que significa que são usados só para esse feito, não havendo, portanto, um reconhecimento propriamente dito.

da população dá mais crédito a sua eficácia (MANÉ, 2014), o que acontece não só pela fragilidade do sistema judiciário do país, mas também pelo respeito e valor dado aos chefes tradicionais, que são vistos como espelho e símbolo da cultura das suas respectivas etnias. Atentando-se para esse feito, alguns políticos usam isso como ferramenta para obter ascensão. Este fenômeno, de acordo com Cardoso (1996b, p. 167), teve seu início desde as primeiras eleições multipartidárias, nas quais “as questões de identidade e etnicidade ganharam uma recrudescência considerável e uma actualidade sem precedente” (p. 167)². Embora, segundo o referido autor, este fenômeno seja o resquício do período mais remoto, não foi “a partir desta altura que estas coisas começaram a ser importantes. Eles sempre o foram devido à própria realidade social e histórica do país” (CARDOSO, 1996b, p. 167).

Em 2019, dois candidatos que participaram das eleições na Guiné-Bissau e que, posteriormente, foram ao segundo turno, Domingos Simões Pereira e Umaro El Mohktar Sissoco Embaló, utilizaram, num dos seus comícios, pronunciamentos de cariz étnica como forma de obtenção de credibilidade para alcançar votos, valendo-se da influência das questões étnicas na sociedade guineense desde o processo da luta armada que iniciou no ano 1963.

Cabe salientar que Domingos Simões Pereira é de filiação cristã e filho de uma mulher Balanta. Este perfil foi o principal argumento utilizado para convencer seus/suas eleitores/as. Por seu turno, Umaro El Mohktar Sissoco Embaló é da etnia Fula e tem filiação Islâmica. Tais características serviram para dizer publicamente que os Fulas e os muçulmanos deveriam voltar nele. O que se observa é o funcionamento do argumento étnico e religioso no jogo da disputa política, tendo-se em conta, no entanto, a tradição de só se eleger políticos cristãos (importante ressaltar que existe o fenômeno do binarismo religioso no contexto guineense, ou seja, as pessoas praticam duas religiões ao mesmo tempo; alguém pode ser cristão, mas, mesmo assim, não deixa de fazer as práticas de religiões de matriz africana) no país, a exceção de Malam Bacai Sanhá, único político muçulmano a ser eleito nas urnas pelo povo, antes da chegada de Sissoco ao

² Mantida a escrita do português europeu.

poder. Desse modo, há um tensionamento de duas posições-sujeito no discurso étnico e religioso, ambas, dadas as suas filiações, produzindo efeitos de sentido no discurso político.

O suposto rapto de Marciano Indi, político e membro de Assembleia do Povo Unida – Partido Democrático da Guiné-Bissau (APU-PDGB), foi comentado por Batista Té e Victor Indi, este último irmão do “raptado”³, sendo este acontecimento noticiado pela Rádio Capital FM (22/05/2020), como motivado por razões políticas e executado por homens fardados.

Com base nos dispositivos teóricos da Análise do Discurso (doravante AD) pècheuteana, recortamos excertos de declarações feitas em rádio por Victor Indi, de onde formulamos as três primeiras sequências discursivas (SD); e no *YouTube*⁴ (SD₄), declarações feitas por Batista Té, na ocasião do referido “rapto”, sobre o que questionamos: quais as filiações discursivas e ideológicas foram mobilizadas em tais manifestações e quais os seus efeitos de sentido? O *corpus* foi composto por quatro sequências discursivas, extraídas de pronunciamentos feitos na língua kriol de Guiné-Bissau, sendo a transcrição e tradução de nossa responsabilidade.

Dispositivo analítico: um efeito de enquadramento

A maneira de se lidar com um texto constitui uma perspectiva específica em cada área. Na França, nos anos 1960, Pêcheux e colaboradores advertiram que o texto é um meio, uma direção, não um fim. Ele possui insuficiência para dar resposta a todas as informações projetadas na língua, uma vez que o seu sentido ultrapassa o aspecto linguístico, sendo, portanto, necessário ir a sua exterioridade (PÊCHEUX, 1997).

³ Utilizamos aspas para indicar que manteremos o rapto em suspeita e voltaremos a abordar essa questão mais adiante.

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DWyiieFGGOc> Acesso em: 10 dez. 2021.

Conforme os pressupostos teórico-analíticos formulados por Pêcheux, o discurso constitui um movimento que carrega consigo o percurso dum realidade, razão pela qual o objetivo dessa disciplina constitui em compreender esse movimento, não o co-texto. Assim, na AD, embora haja interesse em aspectos gramaticais, seu objeto não é o texto, mas, sim, o discurso (ORLANDI, 2007b). Por isso, é sempre importante perguntar quem fala? Por que fala? E para quem fala? Para responder a tais perguntas é necessário identificar as condições de produção, a formação discursiva, a formação ideológica e o interdiscurso. Os quatro elementos mencionados são primordiais no processo de análise neste campo de estudo.

Na especificidade da AD, entendemos que as condições de produção dizem respeito à situação comunicativa em que se encontra o sujeito do discurso. A formação discursiva, por sua vez, remete aos discursos dispersos inscritos em uma posição ideológica, aquilo que define o que deve e não deve ser dito, sendo responsável pela forma como o sujeito do discurso deve relacionar-se numa formação ideológica (PÊCHEUX, 1993). Já a formação ideológica constitui um modo de ver o mundo, ancorado em algo ou alguma coisa; sendo ele o responsável para definição da posição do sujeito do discurso. Por fim, o interdiscurso diz respeito às relações que os discursos estabelecem com outros discursos para fazerem sentido.

A partir da abordagem feita por Guimarães (2014), tomamos as rádios como espaço de funcionamento da língua, no qual os sujeitos expõem e lutam por suas ideias, tornando explícitas (ou não) as suas ideologias, sendo um espaço de enunciação. Nos termos do referido autor, “os espaços de enunciação são espaços que distribuem desigualmente as línguas para seus falantes, e assim redividem o sensível, ao identificarem os indivíduos ao serem tomados pelas línguas” (GUIMARÃES, 2014, p. 51). Portanto, este local, tal como adverte o referido pesquisador, “é um espaço político, no sentido em que venho considerando o que seja o político” (p. 51). À vista disso, é importante enfatizar a noção de discurso político, que, para Courtine (2006), constitui um conjunto de confrontos de ideias divergentes, no qual os sujeitos apresentam suas visões ideológicas, moldados pela formação política partidária.

Levando em consideração que a linguagem não é transparente, consideramos que o silêncio (ORLANDI, 2007a) constitui um elemento muito importante, uma vez que, no ato discursivo, existem, em certa medida, expressões que são ocultadas (o não dito), pelo sujeito do discurso, cabendo distinguir o silêncio fundador, o que faz o sentido ter sentido, e o silenciamento e/ou a política de silêncio, que faz o apagamento, ou seja, que silencia o dizer. Ainda de acordo com a referida autora, a política do silêncio pode ser entendida em dois momentos: um que apaga outros dizeres, uma palavra apaga outras palavras, o *silêncio constitutivo*; e outro que é proibido, que não pode ser dito, o *silêncio local*.

Não obstante observar as abordagens conceituais dos autores sobre os elementos apresentados, é fundamental trazer aqui a concepção do sujeito no campo da AD. Diferente de outras concepções, o sujeito nesse campo de estudo difere do sujeito da enunciação, pois, na AD, o sujeito do discurso, a inscrição dentro de um contexto imaginário, diz respeito a posições inscritas numa formação ideológica, sendo diferente da pessoa física, do sujeito empírico. Ou seja, o sujeito é atravessado pela ideologia.

Conforme anunciamos, o *corpus* da análise foi extraído de um pronunciamento de Victor Indi, irmão de Marciano Indi, e de outro proferido pelo ex-ministro de administração territorial, Batista Té, amigo e colega de partido do deputado “raptado”. A composição desse *corpus* levou em conta que este é um elemento que não segue padrões, ou seja, sua construção é autônoma, pois o analista é quem define e organiza as partes a serem analisadas (ORLANDI, 2001).

A especificidade desta análise impõe antes considerar a constituição do “tribalismo”⁵ na Guiné-Bissau. Em trabalho publicado por Carlos Cardoso, sob o título “Guiné-Bissau: um país tribalista?”, no livro *Transição Democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios*, publicado em 1996, pela editora da INEP, o referido autor entende por “tribalismo” todo ato de utilizar um dado grupo étnico como forma de tirar proveito de algo ou alguma coisa. É o que ocorre, no dizer de Cardoso (1996a, p. 165), quando há

⁵ Cientes de que o termo tribalismo (entendido como solidariedade étnica na Antropologia) constitui algo pejorativo, não sendo indicado o seu uso nesta área do saber, manteremos o referido termo, porém o utilizaremos entre aspas.

manipulação de certo grupo étnico para fins políticos e os dados apresentados pelo autor reforçam o argumento em torno do “tribalismo” na política guineense:

[...] no que diz respeito, por exemplo, à primeira volta das eleições presidenciais, os resultados apontam claramente para um voto de tipo étnico. O fato de o candidato Kumba Yala ter sido votado massivamente na Região norte, nomeadamente Bissorã (71,06%), onde 77% da população é Balanta, Bigene/Bula (51, 39%), onde 58% da população é Balanta e Mansoa/Nhacra (44,35%), onde cerca de 74% da população declara ser Balanta, e no Sul, nomeadamente Fulacunda/Tite (44,74%), onde 61% é Balanta e Catió (40, 93%), onde 65% é Balanta, enquanto que Nino mobiliza maior percentagem de voto no norte, nomeadamente em Quinhamel (79,07%), sector onde predomina a etnia Pepel (87%), o fato de François Mendy ter feito seu maior score em Catió/Canchungo (28,19%), onde predominam os Manjacos (93%), dão-nos razões de sobra para falar em voto étnico.

Guardada a polémica de, à época, não se afirmar a influência do “tribalismo” na política nacional guineense, e tendo em conta que a pesquisa realizada por Cardoso foi anterior ao conflito armado de 1998, conhecido como “Guerra de 7 de junho”, que fomentou ainda mais o problema étnico no país, o autor também apresentou outros candidatos que não conseguiram votos massivos em zonas onde havia população das suas respectivas formações étnicas. No entanto, cabe considerar que havia outros fatores importantes quanto ao voto étnico, caso do capital político.

Vejamos que o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que filiou a candidatura de João Bernardo Nino Vieira, é um partido que tem líderes de quase todas as etnias, razão pela qual, um candidato Fula, por exemplo, dificilmente teria muitos votos em zonas como Gabú e Bafatá, se o PAIGC tivesse um dirigente com mais capital político que ele nessas regiões. Além disso, na Guiné-Bissau, na época em que foram realizadas as primeiras eleições, a cultura de apresentação de manifestos e projetos de campanha eleitoral, como frisa Cardoso, não era comum, abrindo, portanto, espaço para o voto étnico de candidatos com maior capital político.

Desse modo, a menção aos régulos e aos cidadãos de Bijmita, Safim e Biombo, como também a referência ao “Acordo de Nhoma”⁶, evento tradicional Balanta, são elementos de saber que remetem à formação discursiva “tribal”, na qual situamos o

⁶ Voltaremos a tratar desse Acordo mais adiante.

confronto entre duas posições-sujeitos (Pepel e Balanta), conforme veremos nas sequências analisadas a seguir.

Na simulação do apelo à reivindicação política: o incentivo ao “tribalismo”

O “tribalismo”, enquanto discurso ancorado nas bases étnicas, embora ocultado, tem sido trazido à tona no contexto social guineense dos últimos anos. Uma realidade que, há muito tempo, sobretudo no campo político, tem servido de passaporte na “caça aos votos”, conforme observado por Cardoso (1996a), assim como constituiu grande preocupação por parte de internautas que usaram suas redes sociais para tratar dessa questão, a exemplo das duas últimas eleições no país.

Este assunto, *propositalmente*, teria sido negligenciado sob o argumento de que, na Guiné-Bissau, existe um povo “unido” que conhece e respeita às diferenças, reforçando, assim, o mito da homogeneidade nacional, pois se sabe que

a identidade étnica constitui uma realidade mutável, sendo profundamente influenciada, entre outras, pelas estratégias e acesso de controle do poder político [...] Um indivíduo pode identificar-se hoje como Balanta e amanhã assumir-se como Pepel ou dizer-se aqui Balanta e acolá Crioulo (CARDOSO, 1996b, p. 172).

Algo que para nós só reforça o disfarce, dando ascensão as pessoas no campo político, uma vez que em sua base funciona a contradição e as diferentes relações de poder em disputa na formação discursiva “tribalista”.

Na contramão do disfarce, no dia 22 de maio do ano 2020, o deputado Marciano Indi, um dos mais influentes membros do partido APU-PDGB, foi “raptado” supostamente pelas forças de segurança nacional, tendo sido espancado por oficiais. Minutos depois do suposto rapto, a notícia começou a circular nos veículos de comunicação de todo o país. Tal episódio foi marcado pelos posicionamentos de duas figuras (Vitor Indi e Batista Té) que têm laços familiares muito fortes com o deputado “raptado”. Nos posicionamentos de Vitor Indi e de Batista Té, foram mobilizados, a partir

das duas posições-sujeito a que se filiavam (de matriz autoritária Pepel), sentidos de luta de classes a partir do poder político. Esse fato, para nós, reforçou o pensamento hegemônico dos Pepel sobre sua superioridade, o que implicava não aceitar um domínio Balanta (CARDOSO, 1996a).

É o que daremos a ver nas análises que seguem, considerando que, como Pêcheux adverte, é na linguagem que as ideologias são materializadas, sendo, portanto, o caminho para sua compressão no discurso. A partir da SD a seguir, tomamos o texto como nosso ponto de partida com vistas ao alcance das formações discursivas e das formações ideológicas em presença.

SD₁ – Estou aqui para chamar a opinião pública, todas as entidades religiosas do país. Estou a chamar todos os régulos, se o meu irmão for morto, haverá conflito nesse país⁷. (Victor Indi, 22/05/2020, tradução nossa).

Na SD₁, tem-se um trecho da declaração do Victor Indi, irmão do deputado “raptado” pelas forças de segurança do país, segundo noticiou a rádio Capital FM, que o entrevistou. Neste pronunciamento, há um suposto apelo aos guineenses, no sentido de saírem às ruas para reclamar, exigir a libertação e impulsionar o cumprimento às leis que garantem a liberdade de expressão na Guiné-Bissau. Mediante o condicionante “se”, são feitas ameaças, incentivando a violência, com apelo à guerra civil. De acordo com a referida SD, fugindo do julgamento social das circunstâncias do suposto rapto, simula-se um convite a todos os guineenses para saírem às ruas, quando, na verdade, há um direcionamento a sua comunidade étnica (Pepel), fazendo menção à figura importante na sociedade Pepel (os régulos) e depois estabelecendo uma condição, caso seu irmão fosse morto. Ou seja, com o apoio de régulos Pepel, que tinham poder de mobilizar grande massa da população da sua comunidade étnica, haveria condições para criar uma rebelião contra os Balantas, pois, como dito por Victor Indi, a morte do parlamentar seria motivo de guerra civil.

⁷ No original: “Nmisti tchoca tudu opinion pública, ku tudu religion di Guiné’Bissau; nmisti tchoma tudo régulos, si Marciano muri guerra na tem na ex país.”

Mas cabe perguntar: guerra de quem contra quem? Considerando as condições de produção do discurso, em sua inscrição histórico-ideológica, é possível identificar tratar-se de uma guerra de Pepel contra Balantas, que supostamente seriam os responsáveis pelo “rapto” de Marciano Indi. De acordo com Orlandi (2007a, p. 17), partindo da “maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se materializa na língua”, é possível considerar o funcionamento de uma política do silêncio da ruptura entre a etnia Pepel e Balanta, conforme observado na próxima SD:

SD2 – Quero chamar atenção, pessoas estão a incentivar guerra civil no país, mas pedimos todos os régulos para saírem nas ruas, pedimos todos os régulos para sentarem na estrada pública; porque estamos prontos para o que vier⁸. (Victor Indi, 22/05/2020, tradução nossa).

Nessa SD, há um apelo às entidades máximas da etnia Pepel, pedindo-lhes para saírem às ruas e ocuparem a via pública. Na cultura guineense, os régulos são figuras de alta hierarquia, e não saem das suas casas a não ser que haja algum evento tradicional de muita importância ou para mediação de algum conflito. No processo da luta pela libertação do país, por exemplo, os régulos davam ordens aos guineenses que não queriam participar na luta, mas eles mesmos não saíam das suas casas para lutar. Desse modo, o que precisa ser considerado é que não são os régulos que irão às ruas, mas, sim, que estes darão ordens à comunidade Pepel; e será tal comunidade que fará uma rebelião contra os Balantas. Ademais, é importante explicar que nem todas as etnias têm régulos, o que significa que, ao mencionar todos os régulos, já estão excluídas algumas etnias. Trata-se, portanto, de um apelo à comunidade Pepel, e não à nação guineense.

Conforme noticiou a rede social Instagram, numa página denominada de “Bissau online”⁹, como veremos na SD a seguir, era preciso se unir para lutar contra os Balantas,

⁸ No original: “Nmisti tchoma atenson, djintis misti cria guerra civil nex país, mas na pidi tudo régulos pa sai na rua, pa sinta na strada; pabia kil ku djintis misti nex país, ina sedu.”

⁹ Conferir a notícia em:

https://l.facebook.com/l.php?u=https%3A%2F%2Fwww.instagram.com%2Fp%2FCAf2NK9pVel%2F%3Futm_medium%3Dcopy_link%26fbclid%3DIwAR3XLjMSfTioKg2XZnPVD8DCFTpzuR48_K6BqzMQq5e96x7eJiMWPd4a7uM&h=AT3SIE8XtPM1g8Tbji7lfDgWZgVwD5bgCPYASD34uDoiz3efd5S6ipR2sH34FtoiHg

população guineense. Nesse sentido, para atingir seu objetivo, que era impulsionar um conflito entre as duas etnias, o discurso “tribalista” faz funcionar o domínio da antecipação que, segundo Courtine (2009), é uma estratégia que o sujeito usa para orientar os ouvintes a se colocarem onde ele gostaria que eles estivessem. Voltando-se à comunidade étnica Pepel, à qual Marciano Indi pertence, reclama-se a sua saída às ruas para defender um dos seus membros, como se o “rapto” do deputado tivesse relação com um conflito entre as etnias Pepel e Balanta, conforme observado a seguir:

SD4 – Grupos que estão a fazer reuniões tradicionais, nós também temos nossa tradição, nossa etnia, todos temos parentes; vamos convocar nossos parentes Balantas, Pepel, Budjugus, vamos convocar todos eles ¹² (Batista Té, 22/05/2020, tradução nossa).

Na SD4, são utilizadas as mesmas estratégias para se livrar do julgamento da sociedade, tendo em conta o apelo anterior dirigido à comunidade étnica Pepel. E isso, segundo Orlandi (2001), acontece porque não há nenhum discurso solto, uma vez que os discursos estabelecem relações. Ao pronunciar-se sobre o “rapto” do Marciano Indi, há um funcionamento discursivo que procura confundir a opinião pública, citando mais de uma etnia na sua aclamação à revolta.

Um fato importante, que dá suporte à compreensão da posição-sujeito no discurso “tribal”, diz respeito à menção ao encontro realizado semanas antes do “rapto” do referido deputado. Refere-se ao ritual tradicional conhecido como “Acordo de Nhoma”¹³, no qual o primeiro-ministro Nuno Gomes Nabiam, pertencente à comunidade étnica Balanta, participou e que foi muito comentado pela mídia nacional. Lembramos

¹² No original: “Si djintis misti kuma ki runions tradicional kuna fassidu, anós tambi no tene no tradison, no etnia, anós tudu no tene no parantis; nona tchoma tambi tudu no parantis Balantas, Pepel, Budjugus, nona tchoma elis tudu.”

¹³ Embora não confirmado oficialmente, o “Acordo de Nhoma” foi uma reunião tradicional, realizada no município de Nhoma (Nhacra) no dia 06/07/2016, consistindo na reconciliação entre partes desavindas do povo Balanta. Na referida reunião, falou-se de aproveitamento do povo Balanta para fins políticos. Na ocasião, houve o encontro de figuras Balanta de destaque na sociedade guineense, em diferentes instâncias, a saber: alguns oficiais superiores militares, políticos e bilante bindã (literalmente em português: homens grandes). Enfim, estavam presentes membros significativos do Partido da Renovação Social (PRS), da Assembleia do povo Unido – Partido Democrático da Guiné-Bissau (APU-PDGB), bem como um número ínfimo dos membros do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC).

que o referido ministro foi citado por Victor Indi como responsável pelo “rpto” do parlamentar. Portanto, ao mencionar o grupo étnico Balanta, tenta-se desviar a atenção ao seu propósito, o que aponta não só uma contradição como também uma tomada de posição.

Se a comunidade étnica Balanta fez uma reunião, da qual Nuno Nabiam participou, como esta se colocaria contra um dos seus membros? Ademais, questionamos: nós quem? Vão convocar seus parentes para quê? O “rpto” do parlamentar seria, portanto, uma questão tribal e não político-partidária?

A análise permite observar que, ao fazer apelo à etnia Balanta, o sujeito do discurso não só simula, assumindo a posição-sujeito “tribalista”, como também apresenta a contradição em seu discurso, lembrando que o principal acusado pelo suposto rpto é um Balanta. Assim, ao dizer, “nós”, o sujeito do discurso se refere à população da etnia Pepel, à qual pertence o deputado “rptado”. Por isso, há que se mobilizar a comunidade étnica Pepel para dar resposta ao ato cometido por Balantas, que supostamente rptaram um Pepel, demonstrando que o rpto transcende a questão político-partidária, devendo, portanto, ser tratado como uma questão “tribal”.

À vista disso, a convocação não é para todas as etnias mencionadas, mas, sim, para a comunidade Pepel, à qual Marciano Indi pertencia. Tal como se viu nas outras SDs, pelo domínio da antecipação, apela-se à comunidade Pepel para se unir e criar uma revolta contra os Balantas, como se o ato de um Balanta (embora não houvesse provas de que foi mesmo o primeiro-ministro que mandou rptar Marciano Indi) justificasse o ódio contra todos os Balantas. Sobre isso, Cardoso (1996b, p. 172) adverte que a “etnicidade constitui uma realidade incontornável na Guiné-Bissau. Os grupos étnicos continuam a ser entidades com uma afirmação própria, isto é, com uma cultura, e um modo de estruturação política e uma organização económica que lhe são próprias”. Essa estruturação, dada a força exercida pelo poder local, demonstra a razão pela qual se faz apelo à comunidade étnica Pepel, apontando que a resolução do “rpto” passa pela decisão dos régulos.

Considerações finais

Nos pronunciamentos referentes ao “rapto” de Marciano Indi, vimos uma retomada do discurso tribalista, porém com uma finalidade diferente, pois antes o ato de “tribalismo” era utilizado para fins de alcance de votos, e no suposto rapto de Marciano Indi houve a incitação ao ódio contra a etnia Balanta.

Nas SDs analisadas, identificamos duas posições-sujeito do discurso “tribalista” (Pepel e Balanta) que simulam exigir que todos os guineenses saíssem às ruas para pressionar os mandantes do “rapto” para soltarem o parlamentar Indi, quando, na verdade, os Pepel estavam a incentivar ódio e violência entre as referidas etnias. Ao apelar aos cidadãos de Bijimita, Biombo, Safim e todos guineenses (SD₃), não só é assumida uma posição de filiação “tribal”, reforçando o mito da homogeneidade nacional, como também ocorre uma contradição, pois as pessoas que vivem nessas zonas são todos guineenses, porém de etnias diferentes, sendo a etnia Pepel a predominante. De igual modo, na SD₄, ao se dizer que irá convocar os parentes, invocando Balantas, algo escapa, pois o grupo que realizou a reunião, na qual o primeiro-ministro participou é Balanta, daí como Balantas se juntariam de novo contra si mesmos? Assim, a menção a algumas etnias é uma simulação, pois o público ao qual se dirige é a etnia Pepel.

Desse modo, identificamos uma convocação à etnia Pepel a se levantar para reconquistar a sua posição na sociedade guineense. Por sua vez, no interdiscurso, tem-se o funcionamento da memória, reforçando o argumento de que “Bissau i terra di Pepel”. Sendo a capital do país um espaço de privilégio, os Pepel, autodeclarados donos desse espaço, não poderiam deixar que outras etnias exercessem poder sobre eles. Por isso, teriam de se mobilizar para mudar aquele cenário, daí o papel dos régulos, figuras mais importantes da etnia, na mobilização da população para tal ruptura.

Nesse sentido, as duas etnias (Balanta e Pepel) são apreendidas enquanto distintas posições-sujeito no discurso “tribalista” e estão em disputa pelo poder político na Guiné-Bissau, tudo porque, tal como afirma Cardoso (1996a, p. 165, aspas simples nossas), “os Papel juraram que nunca admitirão que os Balantas mandem neles, enquanto

que estes reclamam a ‘reinança’, indo cada uma delas ao ponto de ‘mandjir’”. Assim sendo, o ato político-partidário é um disfarce de uma perseguição tribal que existe há gerações.

Levando em conta que os pronunciamentos de Victor Indi e Batista Té foram feitos minutos após o “rapto”, que, aliás, não foi comprovado, sendo impossível concluir quem foi o responsável por tal ato, consideramos insuficientes as acusações feitas tanto pelo irmão, quanto pelo amigo do referido deputado. Nessa ótica, uma intimidação para obter silenciamento político foi narrada como rapto atribuído à etnia Balanta. Tal etnia, atualmente, é dominante em relação aos Pepel, não só nas forças armadas, como também tem mais destaque no campo político, razão pela qual as duas posições-sujeito em tela colocam-se na luta pelo poder político e religioso no espaço de privilégio, a capital Bissau. Uma vez recuperando o viés “tribal”, historicamente anterior à expansão do capitalismo no país, reifica-se uma luta que parece estar dissociada da luta de classes, tendo em conta a incorporação de elementos genealógicos, antropológicos e regionais, aparentemente independentes do antagonismo capital x trabalho, germe do modo de produção capitalista, que requisita as condições necessárias à sua reprodução, a exemplo da atual conformação política guineense.

Vê-se, portanto, que a questão étnica, para quem conhece a Guiné-Bissau, é muito forte, bastando considerar que a etnia vem primeiro do que a nação, haja vista o processo da luta armada do país e a influência que as etnias tiveram mediante a obediência de um chefe (régulos e etc.), conforme apontado por Amona (2016) e Mané (2014). Nesta perspectiva, as formações discursiva e ideológica às quais os sujeitos do discurso se filiaram foram capazes de trazer à tona o nível em que a questão étnica se encontra no país. O ódio apresentado e o pedido feito pelas duas posições-sujeito convidam a refletir sobre as consequências que isso trará à nação guineense, num futuro que se avizinha.

Referências

AMONA, Dingana Paulo Faia. **Narrativas da nação guineense a partir da literatura**. 2016. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção-CE, 2016.

CARDOSO, Carlos. Guiné-Bissau: um país de tribalistas? *In*: AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos. **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa-INEP. Coleção Kacu Martel, vol. 10. 1996a.

CARDOSO, Carlos. Guineenses contra guineenses: por um debate sobre a(s) identidade(s) na Guiné-Bissau. *In*: AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos. **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa-INEP. Coleção Kacu Martel, vol. 10. 1996b.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da vida pública. Organização: Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. Revisão: Maria do Rosário Gregolin. São Carlos/SP: Claraluz, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck *et al.* São Carlos/SP: Claraluz, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. Espaço de Enunciação, Cena enunciativa, Designação. **Fragmentum**, Santa Maria, Jan-Mar, 2014, n. 40, p. 49-67.

GRUPO DO BANCO MUNDIAL. **Perfil econômico da Guiné-Bissau**. 2020. Disponível em: <https://www.doingbusiness.org/content/dam/doingBusiness/country/g/guinea-bissau/GNB.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

MANÉ, Fodé Abulai. **A Mediação na resolução de conflitos**: O caso de Bambadinca. Tese (Doutorado em Pós-colonialismos e Cidadania global). Universidade de Coimbra. Coimbra/Portugal, 2014. p. 263.

ORLANDI, Eni Pucinnelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007a.

ORLANDI, Eni Pucinnelli. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2001/2007b.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD69). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra

de Michel Pêcheux. Tradução Bethania S. Mariani et al. Campinas/SP: Editora Unicamp, 1993.

Recebido em 31/05/2022.

Aprovado em 26/06/2022.